

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2011.

Manifestação de pesar pela morte da juíza Patrícia Acioli

" O poder é violento quando é fraco" (Jaime Balnes - filósofo espanhol).

É com pesar e consternação que me manifesto pela perda de VIDAS, especialmente, em situações de violência organizada, como a que retirou a vida da magistrada Patrícia Acioli na madrugada da sexta-feira, dia 12-08-2011.

Tratava-se de profissional do Judiciário carioca, que lutava para efetivar DIREITOS e JUSTIÇA e se dispôs a enfrentar máfias no Rio de Janeiro. Segundo a mídia, (www.facebook.com/cbnrio), ela estava em lista de extermínio há 5 anos. Ou seja, tratava-se de um crime anunciado.

Sem escolta policial, foi covardemente cercada e executada por homens de capuz, quando ainda dentro do veículo, na porta de casa.

No sistema Judiciário brasileiro, não temos uma Justiça de Capuz, Sem Rosto, etc. Temos sim, muitos nacionais corajosos que se colocam na "linha de tiro", que não contam com um aparato protetivo estatal.

Fora do Judiciário, temos outros tantos brasileiros a reivindicar efetivação de DIREITOS e JUSTIÇA, diuturnamente ameaçados de morte, que igualmente não contam com aparatos protetivos, tais como líderes comunitários, ambientalistas, sindicalistas, dentre outros.

Reivindicar e realizar DIREITOS e JUSTIÇA hoje, no nosso país, que se quer Democrático e de Direito, ainda é atividade de alto risco. A máquina do Estado de Direito e a sociedade não podem ignorar tal fato.

Se o Poder Público, com o clamor da sociedade, não der respostas às ações de máfias organizadas, especialmente dentro dos aparatos policiais e de Segurança Pública, corremos o risco da contínua banalização da perda violenta de vidas e de pessoas potências, que nos seus lugares e saberes têm força transformadora.

Não satisfaz a alegação de que as profissões têm seus riscos e que os sujeitos se colocam à inerência das mesmas. Todos queremos viver com dignidade e segurança, sem medo.

Sujeitos de direitos e deveres, ativistas e defensores de direitos humanos, e quero crer, a sociedade maciçamente, têm como meta primeira a preservação da VIDA DIGNA.

Não me parece razoável a alegação do Poder Público de que inexistem recursos humanos suficientes para a garantia de vida daqueles que lutam pela preservação da mesma em consonância com a legalidade e a dignidade. Reconhecê-los, está a parecer uma tarefa custosa ao Estado.

Temos a exigir garantias à VIDA, paradoxalmente, à mesma polícia e política de Segurança Pública, com uma parte autoritária, violenta e comprometida, com outra parte despreparada, desprotegida e iniquamente remunerada, que não protegem e nem cuidam, ao contrário, ferem e matam ou no mínimo, são omissas.

Continuaremos com nossa luta pelos Direitos Humanos!

Maria Celeste Marques
Advogada
Professora NEPP-DH/UFRJ